CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

ASSESSORIA DE IMPRENSA
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3229.3101

DIÁRIO DA MANHÃ 20/09



Fio Direto

SUELY ARANTES

TCE determina desocupação da área do Estádio Serra Dourada

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) fixou prazo de 90 dias para que a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte realize licitação para a concessão do espaço atualmente ocupado pela Federação Goiana de Futebol (FGF) em área do Estádio Serra Dourada. Na decisão, relatada pelo conselheiro Sebastião Tejota na sessão plenária de ontem, foi estipulada uma multa de R$ 19,7 mil em caso de descumprimento da determinação e pediu a imediata desocupação do imóvel. O relator acatou proposta do conselheiro Saulo Mesquita e determinou a transformação do processo em tomada de contas especial para identificar os responsáveis e quantificar o dano decorrente da concessão indevida. O espaço ocupado desde 1995 pela FGF fica na ala sul do Estádio Serra Dourada, com área equivalente a 1.550 metros quadrados. Entre 2011 e 2012 houve uma tentativa de regularização do uso, com a deflagração de processo de concorrência, mas que não teve sequência. Para o relator, fica claro que "ao longo desses 22 anos uma entidade privada ocupa uma área pública sem ato ou contrato, gratuito ou oneroso, e sem que nenhuma autoridade tomasse medida para regularizar a situação de precariedade". Tejota entende que o Estádio Serra Dourada é um bem público de uso comum, sujeito, portanto, à cobrança de taxa para os frequentadores. O conselheiro avalia que as receitas obtidas pela FGF são significativas e permitem o pagamento regular pelo uso do bem público, "não justificando sua gratuidade e a precariedade da relação jurídica".



O POpopular 20/09

Aeródromo sem data para reabrir

AVIAÇÃO Desde ontem, pousos e decolagens estão suspensos pela falta de uma torre de telecomunicação de tráfego aéreo. Agetop, que é responsável, não se pronunciou sobre caso

Cristiane Lima
cristiane.lima@opopular.com.br

As atividades do Aeródromo Nacional de Goiânia estão suspensas por tempo indeterminado. O motivo é a falta de um Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA), que inclui a instalação de uma torre de controle. Especialistas e empresários apontam que os prejuízos com a decisão são grandes para o Estado, referência na manutenção de aeronaves de médio e pequeno porte.

Ontem foi o último dia do prazo dado pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea) para que as aeronaves fossem retiradas do local, que possui cerca de 100 hangares e 20 empresas de prestação de serviços de manutenção. As aeronaves da Escolinha de Aviação SWMV foram levadas para o Aeroporto Santa Genoveva, assim como de outras empresas que prestam serviços.

O aeródromo tem duas administrações, uma é realizada pela Agência Goiana de Transportes e Obras (Agetop), que é responsável pelas pistas e a outra fica a cargo dos condôminos que utilizam o local para exercer atividades, como a própria escolinha. O síndico do local, Pedro Maciel Alves diz que está preocupado. "Temos 750 empregos especializados diretos aqui. São mecânicos, pilotos, entre tantos outros profissionais que serão prejudicados", contextualiza.

Ele acrescenta que os condôminos adquiriram os equipamentos para a torre de controle, além de terem pago pela instalação. "Já foram gastos mais de R$ 700 mil para resolver essa situação. Agora precisamos de empenho da própria Agetop e do governo federal para que o aeródromo não fique fechado por muito tempo. O transtorno do fechamento é muito grande".

Presidente do Aeroclube de Goiás, Arsênio Neiva ressalta que a aviação executiva, além das oficinas de manutenção, terá um grande prejuízo. "Recebemos aviões de todo Norte e Nordeste do País para manutenção. Somos, seguramente, o maior polo de prestação desses serviços por estarmos numa região estratégica no mapa. Concordamos que é preciso mais segurança, mas o aeródromo não pode fechar", diz.

Os dois concordam que existe a necessidade de ampliação dos métodos de segurança, conforme exigência da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), mas eles entendem que o fechamento não é a melhor saída. Pedro Maciel Alves destaca que o plano de zona de proteção já foi realizado e que já existe a frequência de rádio, além de comunicação entre pilotos. "Precisamos dessa questão burocrática de certificação resolvida o quanto antes e precisamos da Agetop para isso", diz.

MOVIMENTO

Professor, consultor em aviação e presidente da comissão de Direito Aeronáutico da Ordem dos Advogados do Brasil em Goiás (OAB-GO), Georges Ferreira diz que a Infraero vem acompanhando o aumento natural do movimento do aeródromo e do aeroporto de Goiânia e intercorrências chegaram a ser registradas. Por conta disso, um Relatório de Prevenção (Relprev) já havia sido expedido para que fosse feita melhoria na proteção aeroportuária.

Mesmo com o andamento das obras da torre de controle, Ferreira diz que novas intercorrências foram registradas e um novo relatório de prevenção. "Os órgãos de segurança aérea estão sempre em monitoramento e não esperam um acidente acontecer para tomarem uma decisão. Dessa vez, a decisão foi pelo fechamento. Acredito que a abertura só deverá ocorrer, dessa vez, depois da certificação dos critérios de segurança.

O especialista reforça que todos os aeroportos do Brasil passarão por este tipo de situação, justamente pelo aumento no movimento destas operações, por isso ele entende que é necessário que os órgãos se comuniquem de forma mais efetiva, sem ruídos.

Uma das empresas é a Brasil Vida Táxi Aéreo, que também presta entre outros serviços, UTI área. A empresa foi procurada e informou que a recomendação do DCEA não compromete os trabalhos desenvolvidos pela organização, que também possui base de operação em hangar próprio localizado no Aeroporto Internacional de Goiânia e que a mudança não oferece prejuízo para o serviço.

A Agetop foi procurada pela reportagem, mas até o fechamento desta edição não respondeu às questões encaminhadas.

André Costa



Local tem cerca de 100 hangares e 20 empresas de prestação de serviços. Empresários reclamam prejuízos

Decea diz que medida quer manter a segurança

O Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea) informou que a suspensão das operações no Aeródromo Nacional de Aviação (Aeroclube) tem o objetivo de manter a segurança do tráfego aéreo na região de Goiânia. O órgão comunicou que a medida foi aplicada devido a não observância de critérios operacionais constantes na Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA 63-18) em relação aos Critérios de Implantação de Órgãos Operacionais, Auxílios à Navegação Aérea e Sistemas de Apoio aos Órgãos ATS (*Air Traffic Services*).

O Decea informou que a Instrução do Comando da Aeronáutica trata do nível de serviço de tráfego aéreo a ser prestado, considerando diversos critérios, entre os quais estão a proximidade entre aeródromos e a quantidade de movimentos. Devido à proximidade com o Aeroporto Santa Genoveva e à quantidade de tráfegos no aeroclube, o Decea entendeu que faz-se necessária uma coordenação prévia das operações com o Controle Anápolis (GO) – que tem jurisdição naquela área – e com a Torre de Goiânia.

Estas questões, segundo o departamento, demandam ao operador aeroportuário a implantação de uma Estação Prestadora de Serviço de Tráfego Aéreo que possa prover informações aeronáuticas aos tráfegos do aeroclube e que permita a coordenação citada.

Segundo o Decea, os órgãos competentes vêm recebendo alertas sobre a questão há 3 anos e, desde março de 2017, o Decea reforçou o comunicado dos problemas operacionais e buscou entendimento com administrador do aeródromo e com os usuários. No entanto, não houve êxito em obter respostas efetivas para solucionar o problema que afeta o nível aceitável de segurança operacional na região. A suspensão ocorreu após o não cumprimento do conteúdo do Termo de Ajuste de Conduta no qual foi descrito um cronograma para implantar a referida Estação.

A Infraero também foi procurada e informou em nota que o aumento do movimento no Aeroporto Santa Genoveva por conta do fechamento do Aeródromo não interfere nas operações de voos comerciais da capital porque o Aeroporto de Goiânia conta com dois pátios de aeronaves, sendo um deles destinado a aviação comercial regular e outro para a aviação geral (com 30 posições para táxi aéreo, operadores privados, entre outros).

A Infraero também explicou que as restrições para operações de voos de escolas de aviação podem ser aplicadas aos aeroportos de acordo com as características da localidade, mas isso não ocorre no Aeroporto de Goiânia. Ainda assim, a Infraero ressaltou que fará o monitoramento e a coordenação das movimentações de aeronaves conforme previsto nas normas da aviação civil. Catorze aeronaves da escola de aviação estão no pátio do Aeroporto.

O POPULAR 20/09

ÁGUA

Saneago disponibiliza Sala de Situação Virtual

Dayrel Godinho
dayrel.godinho@opopular.com.br

A Saneago inaugurou ontem a Sala de Situação Virtual, onde é possível fazer o acompanhamento virtual em tempo real sobre o abastecimento d'água em Goiânia e na Região Metropolitana. A ferramenta está disponível no site www.saneago.com.br. Ela foi criada pela companhia para acompanhar o nível da vazão do rio. A medida foi anunciada pela empresa durante a divulgação do plano de racionamento entregue à Agência Goiana de Regulação (AGR), no dia 22 de agosto.

No sistema é possível ver a vazão do rio, o volume de cada reservatório do Sistema Meia Ponte e a área atendida por cada um dos reservatórios, que são distribuídos em cinco grupos: o Meia Ponte – Mauro Borges, que tem cinco reservatórios; o Meia Ponte – Norte, com 13 reservatórios; o Meia Ponte Sudoeste, com um reservatório; o Meia Ponte Oeste, com 16 reservatórios; e o Meia Ponte Sul, com 11 reservatórios. Segundo a Saneago, os dados são atualizados a cada cinco minutos para a companhia, mas as informações para a população são atualizadas às 7 e às 17 horas, como recomendado pela Agência Nacional de Águas (ANA). Na apresentação do sistema era possível visualizar a localização de cada reservatório. No entanto, a reportagem não conseguiu visualizar os mesmo pontos, por volta das 17h30 de ontem. O que aparecida era somente a área atendida pelos grupos.

Segundo a assessora executiva de Expansão da Presidência da empresa, Juliana Matos, ao localizar a sua residência, ou o local que pretende analisar, é possível verificar "a represa mais próxima, (que) é a que abastece o local (pesquisado)", disse.

O presidente interino da Saneago, Marcelo Mesquita, diz que a companhia já fazia o monitoramento anteriormente. A novidade, segundo ele, é a disponibilização para a sociedade. Mesquita explica que é importante para a população saber a situação do sistema de abastecimento e o nível do reservatório que abastece a sua residência. "O cidadão pode checar se o seu bairro está desabastecido". Assim, quando faltar água, o morador pode acessar os dados para acompanhar. "Eventualmente pode haver um desabastecimento na própria residência, ou até mesmo um corte pela própria companhia, para a manutenção da rede". A própria população poderá acompanhar se houver uma redução do nível dos reservatórios.

Lúcia Gobbi, participante do programa Estágio entre o Grupo Jaime Câmara e a PUC Goiás



Telas mostram condição de abastecimento do Sistema Meia Ponte

VAZÃO

Ao acessar o site, a reporta obteve o índice das vazões disponibilizadas pela companhia. A vazão do rio na última medição divulgada pelo site na tarde de ontem era de 3.863 l/s, sendo que 2 mil l/s são captados pela companhia. (Dayrel Godinho é estagiário do convênio GJC e PUC Goiás)